



<https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/o-carrego-colonial/>

O carrego colonial e a possibilidade de invenção nas frestas

Evandro Arruda de Martini [1]

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018. 124 p.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Flecha no tempo**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019. 112 p.

Existem muitas frestas.
Nos espaços deixados operam muitos contragolpes,
[...] outras possibilidades de invenção do mundo.
(Simas & Rufino, 2018, p.97-98)

Introdução

Em dois livros lançados em 2018 e 2019, Luiz Antônio Simas e Luiz Rufino buscam refletir sobre uma série de violências que nos formaram enquanto sociedade brasileira.

O chamado Novo Mundo é uma invenção colonial. Ao mesmo tempo em que alçou o Ocidente na modernidade, nos lançou em um abismo onde somos herdeiros dos genocídios, estupros, assaltos, subalternizações e precariedades de um sistema de dependências que nos mantêm servis às políticas/economias/racionalidades/ideologias do Ocidente europeu (Simas & Rufino, 2018, p.97-98).

Simas e Rufino dialogam com autores já clássicos sobre o colonialismo, como Aimé Césaire e Frantz Fanon, bem como com brasileiros que, ao falarem sobre o samba e as cidades (Sodré, 2005), ou sobre relações entre povos indígenas e missionários jesuítas (Viveiros de Castro, 2002), também estão sempre abordando como pano de fundo o “empreendimento de morte” (S. & R., 2018, p.101)



[2] que foi a história da colonização das Américas. Nesta resenha, apresento dois aspectos relevantes desses dois livros escritos a quatro mãos: (i) a preocupação dos autores em interpretar o Brasil a partir de conceitos que refletem os conhecimentos acumulados nas práticas populares e ancestrais; (ii) a lembrança constante da violência genocida do processo civilizatório, reiterada não como mero lamento, mas associada à discussão sobre aquilo que foi inventado nas *encruzilhadas* e *frestas* deixadas pela racionalidade dominante.

Antes, porém, faço breves comentários sobre a biografia dos autores e sobre a forma desses dois livros que transitam entre o estilo leve do melhor da crônica brasileira e o objetivo – mais pretensioso – de discutir temas espinhosos da contemporaneidade sem aderir a epistemologias, conceitos ou métodos de apresentação típicos das ciências humanas universitárias que, queiram ou não, são herdeiras – mais críticas ou mais enquadradas – de um método científico eurocêntrico.

Luiz Rufino é escritor, pedagogo e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem outros livros publicados, entre eles *Pedagogia das Encruzilhadas* (2019), além de dezenas de artigos publicados em revistas e jornais sobre culturas brasileiras, educação, religiosidades, diáspora africana e crítica ao colonialismo[3]. Luiz Antônio Simas é professor de História no ensino fundamental e médio no Rio de Janeiro. Em entrevista, Simas (2021) explica um pouco sobre sua origem: “Minha circunstância é o terreiro, sou neto de uma yalorixá, de uma sacerdotisa de Alagoas, criada e iniciada em Pernambuco, que veio para o Rio de Janeiro e teve um terreiro”, onde o historiador foi criado. Ele ressalta ainda que, quando fala em “culturas de terreiro”, não se refere só a aspectos religiosos, mas também a práticas e conhecimentos ali vividos. Simas é autor de diversos outros livros, incluindo um *Dicionário da história social do samba*, escrito com Nei Lopes em 2015, e sobretudo coletâneas de textos publicados antes em jornais e blogs, muitos deles sobre as coisas pequenas da vida, com títulos como “Cenas carnavalescas”; “Um otário na feira”; “Senhoras rezadeiras”; “Tempo de pipa” (Simas, 2017).

Em suas crônicas jornalísticas, Simas é em certo sentido um continuador da refinada e muito brasileira arte de cronistas da vida cotidiana como Lima Barreto, Clarice Lispector, Rubem Braga, Carlos Drummond e Luis Fernando Verissimo. Porém, os dois livros aqui resenhados – *Fogo no mato*



(S. & R., 2018) e *Flecha no tempo* (S. & R., 2019) – não são coletâneas de crônicas avulsas. Guardando muito da escrita informal e íntima da crônica, os autores, segundo eles próprios, abordam epistemologia e ontologia. Ou, em termos mais comuns, eles buscam praticar um drible ou uma “dobra nas limitações da razão intransigente cultuada pela normatividade ocidental”, de modo a buscar “outros caminhos” (S. & R. 2018, p.11) em relação a temas sérios, graves e mesmo urgentes em nossos tempos. O método dos autores tem diferenças consideráveis em comparação com aquele normalmente chamado científico: cada um dos livros é dividido em 14 ensaios que não seguem uma ordem linear do tipo introdução/metodologia/desenvolvimento/conclusão. Tendo em vista o objetivo dos autores de discutir as frestas para além da “retidão castradora do mundo”, seria estranho se eles escrevessem um tratado filosófico de epistemologia seguindo todas as normas acadêmicas. Antes de entrarmos em algumas das encruzilhadas descritas pelos autores, fica como provocação, portanto, esse questionamento sobre a relação entre forma, método e conteúdo. Será que tudo pode ser dito dentro das regras estabelecidas por revistas científicas que, ao fim e ao cabo, seguem modelos provenientes das ciências exatas produzidas nos grandes centros do capitalismo? Sem negar a importância da difusão do conhecimento seguindo métodos científicos verificáveis, é possível também pensar que, fora desse modelo único de cientificidade garantida pela submissão a métodos canônicos, o resto não é tudo *bobagem*, como consta no título de um *best-seller* recente sobre pseudociências que, para os defensores mais rigorosos do método científico, não deveriam jamais ser levadas a sério.

Carrego, frestas e outros conceitos utilizados pelos autores

Nos dois livros aqui resenhados, bem como em outras obras, entrevistas, palestras e intervenções públicas, Simas e Rufino têm se preocupado em desenvolver argumentos utilizando conceitos provenientes das próprias práticas e experiências que eles discutem. Ou seja, dão estatuto conceitual e reconhecem complexidade em palavras que também podem ser ouvidas nas esquinas, morros, encruzilhadas e terreiros do Brasil. Como explica Simas (2021), ainda que seja possível e legítimo “estudar a roda de samba do Cacique de Ramos, ou uma escola de samba, ou a feijoada das escolas de samba, dentro de princípios teóricos ligados ao Bakhtin ou ao Gramsci”, a perspectiva



dele sempre foi entender os aspectos culturais “a partir das suas próprias entranhas”, já que “essas culturas são sofisticadas ao ponto de oferecerem a possibilidade de elaboração de conceitos para que a gente possa analisá-las”.

Nesse sentido, apresento a seguir dois dos conceitos importantes para a elaboração intelectual dos livros *Fogo no mato* e *Flecha no tempo: o de carrego e o de frestas*, ambos indissociáveis de um contexto resultante de séculos de colonialismo operando “como um empreendimento de morte, seja ela física (genocídio) ou simbólica (desvio existencial)” (S. & R., 2018, p.101).

Os autores se posicionam em relação a essa temática ao definirem o “carrego colonial” como “um sopro de má sorte que nutre o assombro e a vigência de um projeto de dominação”, por meio da produção do esquecimento, da escassez e do desencanto, três aspectos relevantes do projeto moderno ocidental (S. & R., 2019, p.21) O carrego colonial é interiorizado pelos sujeitos, em um “colonialismo epistemológico” já explicado por Frantz Fanon (2008). Ou seja, esse carrego, enquanto submissão dos indivíduos subalternos “a uma condição de permanente descrédito”, não se trata de uma propriedade geral dos seres humanos, mas de algo imposto “sob condição de violência”, um carrego que “não é necessário e pode ser despachado” (S. & R., 2019, p.21-22). Para os leitores menos familiarizados com as tradições religiosas afro-brasileiras, o entendimento dessas formulações pode ser facilitado pelas seguintes definições do dicionário Aurélio: carrego, no sentido aqui usado, corresponde a “Carga ou fardo que se leva na cabeça, aos ombros, etc.; Herança de obrigação religiosa de outra pessoa” e despacho serve para “desmanchar um trabalho malfazejo” (Ferreira, 1999).

Outro conceito importante para esses autores é o de fresta: entendendo que o “projeto civilizatório imposto pelo ocidente europeu” como uma “estrada pavimentada” erguida sob violência, os autores entendem que a “transgressão de seus parâmetros é caminho a ser desbravado.” (S. & R., 2019, p.41). Os outros caminhos possíveis, longe de serem invenções apenas para o futuro, já vêm sendo trilhados há muito tempo nas frestas desse projeto colonial aparentemente inviolável. Porque, na história do colonialismo, além de “genocídios, estupros, assaltos, subalternizações e precariedades”, também “existem muitas frestas” (S. & R., p.97-98) isto é, “espaços deixados”, onde



ocorrem “outras formas de aprendizagens articuladas a diferentes possibilidades de circulação das experiências” (ibid., p.46).

Mais do que estudar resistências [4], portanto, esses autores buscam compreender aspectos da cultura popular que não simplesmente resistem, mas “inventam alternativas de mundo, [chegando] onde aqueles que o combatem não vão chegar, porque não entendem do que se trata” (SIMAS, 2021). A dificuldade das chamadas elites intelectuais brasileiras em compreender o que se passa nas frestas é um fenômeno que, para os autores, tem relação com uma concepção de humanidade como os únicos seres “dotados de razão e capacidade de transformar o meio”, o que revela a “arrogância [do] binarismo cultura x natureza”, incapaz de conceber outras formas de relação com a vida a não ser a ocidental, marcada pelo desencantamento do mundo e pelo esquecimento de sabedorias tradicionais (S. & R. 2019, p.60-61).

“O que os velhos nos ensinam é que existem inúmeras formas de luta. Em meio a um regime hierárquico e arrogante que os fixou como submissos e resignados, os velhos, através de suas sabedorias, inventam formas de praticar a dobra no sistema” (S. & R., 2018, p.74). Os “doutores e sinhozinhos” de ontem e de hoje, ao considerar a maior parte da população brasileira “como boçais” (ibid.), muitas vezes não deram qualquer importância àquelas dobras, “dribles, esquivas” e “rasteiras” (ibid., p.85) dos subalternos. Passando por essa crítica às elites escravistas brasileiras, os autores vão além disso, já que têm como objetivo uma crítica epistemológica voltada para as maneiras de pensar que foram ensinadas aos brasileiros, não só aos ricos. Assim, os autores flexionam o verbo no plural: “Educados na lógica normativa, somos incapazes de atentar para as culturas de síncope” – conceito proveniente dos estudos dos autores sobre o samba –, “aquelas que subvertem ritmos, rompem constâncias, acham soluções imprevisíveis” (S. & R., 2018, p.19).

Para Simas e Rufino, ao contrário dessa racionalidade normativa e domesticadora, as ações historicamente praticadas nas frestas têm grande importância, mas essa mudança de pensamento não é simples: “para reconhecer isso temos que sair do conforto dos sofás epistemológicos e nos lançar na encruzilhada da alteridade” (ibid.). A importância das “possibilidades de reinvenção da vida nas frestas” (ibid., p.83) torna-se ainda maior nos dias atuais quando vai se tornando mais evidente a arrogância de um “projeto civilizatório indefensável” (S. & R., 2019, p.60-63), arrogância



que se expressa tanto no nível mais cotidiano quando não se dá importância às ações e sabedorias da população, sobretudo negra e indígena, tida como ignorante, mas também em termos de modelo de formas de vida em sociedade.

É sobre esses efeitos apontados aqui e por muitas/os outras/os que podemos propor [...] o conceito de carregamento colonial, problematizando a obra do colonialismo como um empreendimento de morte permanente, que por ser uma demanda atualizável [...] necessita de procedimentos de encanto [para ser despachada]. Axé estrategicamente restituído por ebós, em suma.

Nessa perspectiva, a emergência de seres imantados pela responsabilidade de combater [as] heranças do colonialismo passa necessariamente por uma educação que enfrente e despache esse carregamento. (S. & R., 2019, p.42).

Os autores, é importante recordar, são também professores. Também por isso, importa para eles propor um modelo de educação marcado por coexistência e inteligibilidade entre “múltiplas experiências”, com aspectos opostos aos da educação sistematicamente capturada pelos efeitos do colonialismo: “autoritarismo, abuso de poder, censura, exclusão, aversão ao diálogo e à criticidade, apologia à violência” (S & R., 2019, p.43).

O Brasil como encruzilhada

Embora os dois livros tratem de temas que vão muito além daqueles que normalmente são enquadrados como estritamente religiosos, não se deve perder de vista que a perspectiva geral dos autores é a dos terreiros, espaços de aprendizado de ensinamentos ancestrais que, argumentam eles, ajudam a pensar o Brasil. A encruzilhada, lugar de grande relevância nas tradições afro-brasileiras e indígenas, é um outro conceito muito discutido por Simas e Rufino. Não se trata, para eles, de uma metáfora com viés negativo, pelo contrário, a encruzilhada é pensada como lugar de encontro, de disponibilidade para o diálogo, para o inesperado e para a diversidade. Tematizando a partir da encruzilhada o que outros autores chamam de sincretismo religioso, Simas e Rufino (2018, p.68) buscam fugir da “fixidez de um debate que se limita à dicotomia de saber se o catolicismo foi empretecido ou as religiosidades africanas foram embranquecidas. Há que se ir além.” A partir das práticas cotidianas, entendem eles, o que se percebe é que “nas bandas de cá baixam santos que a África não viu.” (Ibid., p.9). [5] Ou seja, “inúmeras reinvenções” têm sido praticadas a partir de



tradições originárias da África e da América anterior a 1500. Ao mesmo tempo, os autores ressaltam sempre que “essa dinâmica é sempre conflituosa e nos aponta diferentes caminhos, por parte das intenções assentes em lógicas racistas que privilegiam os referenciais brancos/cristãos em detrimento das marcas negras e indígenas.” (Ibid., p.68). Eles ressaltam, portanto, duas perspectivas coexistentes: da primeira, que corresponde ao “projeto colonial”, o sincretismo representou uma “asessia dos referenciais identitários afro-ameríndios”. A segunda perspectiva “emerge como contragolpe”, como “negociação” que possibilitou a sobrevivência de ritos tradicionais e como invenção e “batalha” no campo da elaboração de símbolos. Finalmente, eles entendem que a “incorporação de crenças do outro” representa também um “fenômeno de fé”, o que “é óbvio, mas quase ninguém fala” (ibid., p.69). [6]

Na difícil tarefa de resumir o rico pensamento desses dois autores, chamo atenção para a sofisticação desse duplo olhar: eles recordam sempre a violência do processo colonial, interpretado como “carrego” que, há séculos, vem pesando sobre nossos ombros, mas lembram também que nas encruzilhadas brasileiras, em meio a essas experiências brutais, formaram-se também novas culturas, novos conhecimentos e práticas, afrontando as “ideias essencialistas” e as “instâncias reguladoras, vigilantes e disciplinadoras do cânone ocidental” (S. & R., 2018, p.95). [7]

Simas e Rufino conseguem ao mesmo tempo explicitar que a civilização é, em suma, um processo de desencantamento da vida “pelo massacre colonial” (S. & R., 2019, p.40), e apontar para as frestas onde novas experiências de encantamento vêm sendo gestadas a partir de memórias e tradições daqueles que eram “tidos como boçais pela ordem dominante” (S. & R., 2018, p.74). Eles não repetem o otimismo açucarado das leituras que atenuaram a violência desse processo, como por exemplo a miscigenação como descrita por Gilberto Freyre, mas ao mesmo tempo apontam a importância de se desbravar caminhos e, mais do que isso, entendem que caminhos diferentes já vêm sendo trilhados nas frestas, para além do “sentido e direção única para os seres conforme tem se solidificado na narrativa colonial” (S. & R., 2019, p.41).

Finalmente, e adentrando aqui uma vereda que exigiria toda uma outra resenha para ser devidamente percorrida, é importante ressaltar que os autores dão significado positivo à palavra



macumba: subvertem os “sentidos preconceituosos atribuídos de todos os lados ao termo repudiado” e admitem, nas práticas de encruzilhada, “as impurezas, contradições e rasuras como fundantes de uma maneira encantada de se encarar e ler o mundo”. Assim, Simas e Rufino (2018, p.5) se definem como macumbeiros a partir da etimologia que vem provavelmente do quicongo *kumba*: feiticeiros, ou ainda encantadores de palavras, poetas. Frequentemente desprezada e demonizada por quem não a compreende, a macumba e outras culturas de terreiros permitiriam, para esses autores, “propor maneiras plurais de reexistência pela radicalidade do encanto, em meio às doenças geradas pela retidão castradora do mundo como experiência singular de morte.” (Ibid.)

Bibliografia

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

SIMAS, Luiz Antônio. **Coisas nossas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017

SIMAS, Luiz Antônio. **Coisas nossas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017

SIMAS, Luiz Antônio. **Sabenças encantadas**. Entrevista a Cristiane Nascimento. Revista Comunicação e Memória, nº 4, Dezembro de 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/sabencasencantadas>>. Acesso em 13/12/2022.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Flecha no tempo**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

Recebido em: 15/10/2023



Aceito em: 15/11/2023

[1] Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Email: evandroevandro@gmail.com

[2] A partir daqui, os autores Simas e Rufino serão citados como “S. & R.”

[3] Devido às limitações de espaço deste artigo, os dados biográficos do primeiro autor foram abordados com mais detalhes, o que não significa que sua contribuição nesses livros escritos a quatro mãos seja necessariamente maior.

[4] “Resistir é de antemão admitir que você é pautado pelo outro. Lá vem o outro com uma porrada de pautas dele e você fica ali, resistindo. Claro que existem resistências fundamentais, mas eu acho que essas culturas estão um passo além da resistência, porque elas não simplesmente resistem, elas inventam alternativas de mundo. Gosto de trabalhar com a ideia das ‘culturas de fresta’ exatamente por causa disso. Você imagina que o Brasil oficial é um projeto de muro, de desencanto, de concreto, de dureza, mas esse muro tem rachaduras onde você vai praticando a vida, não só como resistência, mas também como invenção constante de mundo” (Simas, 2021).

[5] Referência a um samba-enredo da Acadêmicos do Grande Rio de 1994, “Os santos que a África não viu”.

[6] Citado pelos autores, Muniz Sodré (1998, p.12-13) explica, na mesma linha, que, mesmo quando proibidos, os “batuques modificavam-se” e incorporavam-se às “festas populares de origem branca”, adaptação que se fez necessária e um “quadro urbano hostil”.

[7] Aqui cabe lembrar outro autor citado na bibliografia dos livros: Michel Foucault. Além das ideias bastante difundidas do francês sobre vigilância e disciplinamento na modernidade, ele também apontou, entre os fundamentos do pensamento moderno, um “sujeito transcendental”, uma “consciência humana” em geral em sua curva evolutiva sempre para a frente, um tipo de pensamento que tem “repugnância em pensar a diferença, em desintegrar a forma tranquilizadora do idêntico” (Foucault, 2002, p.14-17).